

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2015
(Do Sr. Arthur Virgílio Bisneto)

Solicita do Sr. Ministro de Estado da Fazenda informações quanto o aumento da dívida do Tesouro Nacional com o Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES).

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa. com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115, e 116, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, no sentido de esclarecer esta Casa quanto ao aumento de 8,68 bilhões de reais da dívida do BNDES com o Tesouro Nacional no ano passado.

JUSTIFICAÇÃO

O primeiro mandato do governo Dilma Rousseff foi marcado por uma série de operações fiscais obscuras que só agora a sociedade brasileira parece tomar conhecimento, caso das denominadas "pedaladas fiscais", como ficaram conhecidos os atrasos dos repasses de recursos federais para bancos públicos como forma de melhorar artificialmente o resultado das contas governamentais.

O BNDES tem sido uma das instituições onde tais operações marcadas pela baixa transparência mais ocorreram nos últimos anos. Para captar

recursos para o banco, por exemplo, o governo emitiu títulos de dívida pública com juros muito superiores à taxa de juros cobrada pelo BNDES aos tomadores de empréstimos. O governo deliberadamente perdeu dinheiro com as operações.

Nesse sentido, a imprensa, recentemente, noticiou que a dívida do Tesouro Nacional com o BNDES nos pagamentos a título de equalização de taxas de juros subiu 8,68 bilhões de reais em 2014, chegando a 26,1 bilhões de reais. A equalização é o valor que o Tesouro paga ao BNDES por empréstimos de linhas cujos juros ficam abaixo da taxa de juros de longo prazo (TJLP, hoje em 6% ao ano). A TJLP, elevada em 0,5 ponto porcentual este ano baliza tanto os empréstimos concedidos pelo banco quanto o crédito que ele toma para então emprestar às empresas.

Em geral, nenhum banco empresta a juros inferiores àqueles que paga para se financiar - na verdade, parte do lucro das instituições financeiras vem de empréstimos aos clientes por taxas superiores àquelas pagas para tomar crédito; a diferença é chamada de "spread". No caso do BNDES, ocorreu o contrário.

Portanto, para oferecer financiamentos com juros abaixo da TJLP, o BNDES teria prejuízo. Como o crédito subsidiado é considerado de interesse social, o Tesouro paga pelo "prejuízo". As linhas de crédito passíveis de equalização, segundo o BNDES, são o Programa de Sustentação do Investimento (PSI, criado como reação à crise de 2008, com juros mais baratos para os investimentos das empresas), o Pronaf (crédito à agricultura familiar), o Revitaliza e Programas Agropecuários.

O economista Mansueto Almeida, especialista em contas públicas e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), calcula que 90% dos gastos com equalização são do PSI. Em vários períodos, os juros dessas linhas estiveram abaixo da TJLP. Levantamento do próprio Mansueto Almeida indica que o custo anual da diferença nas taxas de juros é de cerca de 24 bilhões de reais.

Até o ano passado, as taxas do PSI variavam de 4% a 8% ao ano. Ao ser renovado para 2015, o PSI veio com orçamento menor e as taxas passaram para 6,5% a 11% ao ano.

Para se ter uma ideia da dimensão do rombo, apenas com os empréstimos do BNDES às empresas denominadas "campeões nacionais", o banco desembolsou cerca de 480 bilhões de reais a juros mais baixos do que os disponíveis no mercado. Grandes empresas como JBS e o Grupo X, de Eike Batista, foram beneficiadas. Os critérios nunca foram devidamente explicados à sociedade.

Vimos, portanto, por meio do presente pedido, encarecer ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda que envie, no mais breve prazo possível, informações quanto às razões do forte endividamento do BNDES. Também, por obséquio, gostaríamos de informações sobre as medidas já tomadas para sanar tal elevação dessas dívidas.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 2015.

Deputado ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO
PSDB/AM